

11. JUN 2014

160
P. C. A.
l

COMPROMISSO ÉTICO

Considerando desde logo a relevância do cumprimento dos compromissos, como um primeiro passo para a instauração da confiança, assume-se aqui e agora, ao apresentar este plano de ação, o compromisso ético de responsabilidade social pela integridade e transparência.

Este compromisso ético assenta nos pilares da Transparência, Responsabilidade, Equidade e Controle Social.

O imperativo fundamental da Ética da Administração Pública radica no próprio carácter das organizações públicas que estão ao serviço do interesse geral, do interesse público, do bem comum e não ao serviço de interesses particulares ou de grupo.

O "compromisso fundamental assumido por um indivíduo que é admitido numa organização pública é o de orientar as suas ações para o bem público, visto que o núcleo da sua atividade consiste em contribuir para alcançar os fins da administração pública" (Izquiero:1997:319). A Ética é "o processo pelo qual se clarifica aquilo que é certo e aquilo que é errado e se age de acordo com o que é certo" (Denhart:1995:108).

A Ética é um convite à liberdade e responsabilidade das pessoas, aprende-se e é transmitida pela cultura e pelo clima da organização. O compromisso ético é, desde logo, um compromisso pessoal, de cada um, dos responsáveis consigo e com os outros, criando um compromisso coletivo de Ética e Transparência.

A Carta Ética da Administração Pública, que contém dez princípios, norteia este compromisso ora assumido, nomeadamente:

Princípio do Serviço Público

Os funcionários encontram-se ao serviço exclusivo da comunidade e dos cidadãos, prevalecendo sempre o interesse público sobre os interesses particulares ou de grupo;

Princípio da Legalidade

Os funcionários atuam em conformidade com os princípios constitucionais e de acordo com a Lei e o Direito;

11. JUN 2014

161
161
161

Princípio da Justiça e da Imparcialidade

Os funcionários, no exercício da sua atividade, devem tratar de forma justa e imparcial todos os cidadãos, atuando segundo rigorosos princípios de neutralidade;

Princípio da Igualdade

Os funcionários não podem beneficiar ou prejudicar qualquer cidadão em função da sua ascendência, sexo, raça, língua, convicções políticas, ideológicas ou religiosas, situação económica ou condição social;

Princípio da Proporcionalidade

Os funcionários, no exercício da sua atividade, só podem exigir aos cidadãos o indispensável à realização da atividade administrativa;

Princípio da Colaboração e da Boa-fé

Os funcionários, no exercício da sua atividade, devem colaborar com os cidadãos, segundo o princípio da Boa-fé, tendo em vista a realização do interesse da comunidade e fomentar a sua participação na realização da atividade administrativa;

Princípio da Informação e da Qualidade

Os funcionários devem prestar informações e/ou esclarecimentos de forma clara, simples, cortês e rápida;

Princípio da Lealdade

Os funcionários, no exercício da sua atividade, devem agir de forma leal, solidária e cooperante;

Princípio da Integridade

Os funcionários regem-se segundo critérios de honestidade pessoal e de integridade de caráter;

Princípio da Competência e Responsabilidade

Os funcionários agem de forma responsável e competente, dedicada e crítica, empenhando-se na valorização profissional.

11. JUN 2014

162
B. Gu
[Signature]

Assume-se aqui também um compromisso global de um GONDOMAR mais Transparente com a adoção de

10 compromissos éticos de Boa Governação Municipal:

- 1- Sensibilizar os cidadãos em geral para o exercício de controlo social da gestão pública;
- 2- Desburocratizar e simplificar procedimentos;
- 3- Proceder à divulgação de informação atinente à gestão municipal, considerando, em particular, os itens constantes da matriz de avaliação dos indicadores de transparência;
- 4- Adotar boas práticas de transparência e visibilidade dos processos públicos;
- 5- Efetuar e divulgar o mapeamento preventivo de riscos de corrupção e infrações conexas;
- 6- Fortalecer o controlo interno, melhorando, criando e avaliando planos setoriais de gestão de riscos de corrupção;
- 7- Promover uma cultura organizacional de responsabilidade e observação estrita de regras éticas e deontológicas, criando a carta de compromisso ético para os funcionários municipais;
- 8- Garantir transparência da gestão e da boa gestão pública;
- 9- Propiciar o acesso público e tempestivo a informações públicas, corretas e completas;
- 10- Desenvolver práticas e sistemas de gestão que incentivem e promovam as relações de confiança.

Em síntese, o exercício deste mandato autárquico estabeleceu como um dos seus objetivos, atingir elevados padrões de desempenho, encontrando-se já consignados em decisões, deliberações e ações no sentido pragmático de passar do plano das “boas intenções” para o reconhecimento e confiança pelo exemplo da ação assente em valores democráticos, de participação e transparência e em princípios da seriedade, competência e dignidade.

Promover a transparência é dar condições de acesso a toda a informação sobre a gestão pública proporcionando condições para valorizar os princípios da democracia participativa.

Foram já dados passos neste sentido considerando as decisões que permitiram já a, entre outras;

11. JUN 2014

163
Pleite

- Disponibilização de informação e acesso aos eleitos;
- Disponibilização de informação de acesso a decisões;
- Tramitação documental com recurso a tecnologias de informação;
- Reorganização da estrutura funcional e organizacional do Município, onde se destaca a criação do Departamento de Relacionamento com o Cidadão e Modernização, e dos Gabinetes da Cidadania, e do apoio ao Associativismo;
- Aprovação do projeto do Orçamento Participativo.

Pretende-se que o compromisso ético político seja a alavanca do compromisso de cada um com uma organização verdadeiramente transparente e aberta aos Cidadãos, evidencie, envolva e valorize, pelo bom exemplo, a prestação de trabalho dos funcionários da Administração Local do Município e garanta a prestação de um serviço público transparente, ao alcance de todos e de qualidade.